ESCLARECIMENTO

Propina do curso de Serviço Social (diurno e pós-laboral) 4.º ano Alunos inscritos exclusivamente na unidade curricular de Estágio II

Considerando as dúvidas remetidas ao Gabinete da Presidência do ISCSP, no dia 23 de agosto, por uma aluna da licenciatura em Serviço Social, relativamente à justificação do montante da propina do curso de Serviço Social (diurno e pós-laboral) 4.º ano, para o caso dos alunos inscritos exclusivamente na unidade curricular de Estágio II, o ISCSP esclarece:

1. A definição da tabela de propinas compete ao Conselho de Gestão do ISCSP, no âmbito da autonomia administrativa e financeira desta Instituição. A referida tabela aplica-se a cada ano letivo, **vigorando apenas durante o decurso do mesmo** e, por esse motivo, é alvo de revisão e atualização anual, processo que ocorre, em regra em julho de cada ano;
2. Foi que aconteceu no presente ano, tendo a referida tabela **sido aprovada no dia 19 de julho de 2019 pelo Conselho de Gestão do ISCSP**;
3. A divulgação da mesma, à semelhança de anos anteriores, ocorreu imediatamente após o término do ano letivo 2018/2019, **tendo sido publicada no website do ISCSP na primeira semana de agosto**, cessada que estava a vigência da anterior tabela de propinas;
4. Nesta decorrência, o Regulamento de Matrículas e Propinas já foi revisto para o ano letivo 2019/2020, aguardando-se a publicação em Diário da República. Na nova versão desse regulamento a situação da propina dos alunos do 4.º ano de Serviço Social já se encontra devidamente adequada à decisão do Conselho de Gestão do ISCSP.
5. O Conselho de Gestão do ISCSP atualizou o valor da Propina do curso de Serviço Social (diurno e pós-laboral) 4.º ano, para o caso dos alunos inscritos exclusivamente na unidade curricular de Estágio II, dado que o **mesmo compara, nos mesmos termos, a situação, em total de créditos ECTS, a unidade curricular de Estágio II (30) ao equivalente ao total máximo de créditos ECTS em que os alunos de tempo parcial se podem inscrever (30)**;
6. A decisão trata da mesma forma duas situações idênticas, sendo que, para este caso, os alunos de Serviço Social tiveram tradicionalmente um tratamento diferenciado, em seu benefício, comparativamente aos restantes alunos, pelo que **é natural e justo que o valor da propina seja equivalente**;
7. Ademais, o facto de a frequência do Estágio II não implicar a existência de aulas, não corresponde à inexistência de trabalho docente e administrativo associado à frequência da unidade curricular em questão. Note-se ainda que, nos termos da legislação em vigor (Lei 37/2003), **o valor da propina aplica-se à inscrição no ano letivo para frequência do curso, e não à necessidade de frequentar aulas** (neste aspeto, pode comparar-se a situação aos alunos de Mestrado e Doutoramento, que também pagam propina no ano em que estão a realizar as respetivas teses e dissertações sem que tenham qualquer aula nesse período);
8. Por último, o Conselho de Gestão, é sensível ao fato de o valor da referida propina não poder ser pago em prestações, pelo que avaliará, ainda esta semana, a possibilidade de faseamento da mesma em duas ou três prestações.